

Da atividade militante à elaboração de saberes¹

Renato di Ruzza² e Yves Schwartz³

Num artigo recente publicado por uma revista sindical, Albert Roudil (2002), professor da Universidade de Lyon II, faz uma série de perguntas que merecem nossa reflexão: existem saberes próprios ao sindicalismo? O sindicalismo é fonte de conhecimentos? Ele pode utilizar saberes constituídos em outros campos sem se “reconhecer” nestes campos e “perder sua alma”? Que crédito devemos dar a saberes marcados pela ordem social que pretendemos modificar? Aprender o Direito, a Economia, não é “absorver aos poucos” concepções que não são sindicais e, desta maneira, validar, interiorizar, a ordem social dominante? Será que todas as disciplinas que têm como objeto o trabalho poderiam ter emergido no campo das ciências sem que a questão do trabalho tivesse sido colocada pelo movimento operário? E ele conclui seu artigo com uma observação essencial: “A natureza crítica da educação sindical é incontornável. Primeiro porque em si própria, a consciência crítica constitui a essência da ciência. Segundo porque sua ausência conduziria à adesão aos modos intelectuais que atravessam os campos dos saberes, a perder o caminho na atomização de conhecimentos que faz com que saibamos cada vez mais coisas sobre tudo, e que não compreendamos mais nada.”

De uma certa maneira, este texto tem como ambição contribuir para esta reflexão. Ele tentará fazê-lo com base numa hipótese fundadora: por estar na confluência da experiência militante com a transmissão de conhecimentos, a formação sindical é o lugar privilegiado onde se estabelece a confrontação de saberes múltiplos (daqueles que vêm diretamente das diversas práticas, profissionais ou outras, dos formandos, até aqueles, mais “eruditos”, provenientes dos diferentes corpus teóricos mobilizados pelos formadores), e onde pode ocorrer o processo de elaboração e de produção de conhecimentos que qualificamos como “ergológico”⁴.

É trivial dizer que os conhecimentos assim elaborados e produzidos (que, ao longo deste artigo, chamaremos de “saber sindical” e que conferem àqueles que os possuem uma “competência sindical”) são marcados pela especificidade sindical, e não nos estenderemos sobre a tripla exigência que esta especificidade implica: exigência pedagógica em primeiro lugar, visto que eles devem ser assimilados pelos militantes sindicais e através deles pelo conjunto dos trabalhadores; exigência analítica em seguida, pois a organização sindical tem a obrigação de “compreender” e “interpretar” o movimento da sociedade e do mundo do trabalho; exigência prático-normativa enfim, afim de dar-se os meios para agir na e sobre esta sociedade e este mundo. Estas exigências remetem inevitavelmente ao que é designado como “não-externalidade” do saber sindical em relação a seu objeto, o que abarca dois aspectos inseparáveis. Por um lado, a organização sindical é definida por e definidora dos eventos, dos processos, das atividades das quais ela fala. É certo que todo discurso sobre as atividades

¹ Texto publicado na revista Education Permanente, n° 154/2003-1

² Renato di Ruzza, economista, é diretor do Departamento de Ergologia da Université de Provence, pesquisador do Centro de Epistemologia e de Ergologia Comparativas (renato.di.ruzza@wanadoo.fr).

³ Yves Schwartz, filósofo, é professor do Institut Universitaire de France e do Departamento de Ergologia da Université de Provence, pesquisador do Centro de Epistemologia e de Ergologia Comparativas (schwartz@up.univ-aix.fr).

⁴ Para uma apresentação do processo ergológico, cf. Schwartz (2000).

humanas apresenta tendencialmente as mesmas características, mas em graus diversos: o economista e o filósofo estão, tanto quanto a organização sindical, implicados na vida das sociedades humanas, mas a análise sindical deveria normalmente supor uma dimensão de responsabilidade social superior à análise “erudita”. Se o economista ou o filósofo se engana, as consequências são mínimas e se reduzem na maioria dos casos a algumas folhas de papel desperdiçadas; em compensação, se a organização sindical se engana, as consequências têm toda possibilidade de serem mais significativas. Por outro lado, o saber sindical traz em si a experiência do movimento sindical como um todo, que age como uma memória coletiva na qual os erros passados têm efeito de conhecimento. Como também têm efeito de conhecimento as análises, inevitavelmente muitas vezes caricaturais, senão exageradas, de situações ou de processos socialmente considerados como marginais, mas reveladores de movimentos posteriores mais amplos (pensemos nas análises da imigração e dos problemas que ela revela, realizadas desde antes da Segunda Guerra mundial, ou ainda nas análises do trabalho temporário efetuadas nos anos 1960).

Em seu conjunto, estas diversas características dão formas particulares ao saber sindical. Ele nem sempre têm muitas nuances, mesmo se as contradições sociais são frequentemente postas em evidência; ele é repetitivo e simplificador, o que o conduz inevitavelmente a resumir as análises em condensados que podem facilmente parecer slogans. No entanto, se quisermos ultrapassar estes aspectos formais, isto é, aceitar que sua leitura não seja feita num primeiro grau ou ao pé da letra, e ainda formular a hipótese de que aqueles que o exprimem não são “deficientes mentais”, e atribuir-lhes o crédito intelectual que os convém, então devemos admitir que o saber sindical é um saber específico. Este modo de leitura da palavra sindical tem sido experimentado, naturalmente e felizmente, em diversas ocasiões; podemos encontrar uma síntese nos anais de um colóquio que houve em Grenoble sobre o tema da cooperação entre os atores sindicais e os especialistas das ciências sociais do trabalho (Rocca, 2001)⁵. Nós mesmos estivemos confrontados a ele, em condições e épocas diferentes (Faïta e Schwartz, 1985; Calvet e Di Ruzza, 1987; Di Ruzza, 1989; Gendron, 2000), e nos apoiaremos aqui sobre esta experiência coletiva singular. Poderemos assim mostrar que o saber sindical encontra-se incessantemente submetido aos efeitos de duas tendências: uma que faz dele um saber específico, comparável em sua natureza a outros saberes eruditos; outra que o submete, como a todos os outros saberes, aos efeitos perturbadores e desestabilizadores das condições sociais de sua elaboração e das diversas mutações que as atravessam.

O saber sindical é um saber erudito

É banal dizer que o saber sindical se apóia em bases teóricas que são, tradicionalmente, as bases do movimento operário: socialismos do século XIX, catolicismo social, e mesmo solidarismo. Esta banalidade deve, no entanto, ser lembrada, pois tende-se frequentemente a subestimá-la, enquanto que é somente através de sua consideração que a coerência analítica deste saber aparece. A análise do “mercado do trabalho” realizada nos anos 1960 no jornal da CGT, *Le Peuple*⁶, é um exemplo comprobatório. Numa primeira abordagem, esta análise pode parecer de um simplismo caricatural: substancialmente, “os patrões são malvados por natureza e eles tem como única preocupação explorar e maltratar os trabalhadores”; no caso específico: “Eles querem colocá-los na rua sem real necessidade econômica.” Se considerarmos o quadro teórico e de conceitualização utilizados pela CGT – o conceito de exército industrial de reserva e a lei de acumulação capitalista em sua formulação

⁵ O programa « Paroles » da CFDT principalmente, é particularmente bem exposto.

⁶ N.T. : O Povo

marxista – a análise toma um significado diferente: o pleno emprego é concebido como um desvio em relação à racionalidade do capital, e as práticas patronais visam então necessariamente suprimir este desvio, mesmo se, num primeiro momento, esta supressão se mostra difícil.

Este ponto de vista parece evidentemente em defasagem com as análises produzidas, a respeito deste período, pelos “economistas profissionais”, que insistem sobretudo nas estratégias de “fixação” dos trabalhadores pelas empresas. Estas estratégias constituem certamente um aspecto das práticas patronais, mas a análise sindical tem como particularidade mostrar o aspecto secundário em relação à lógica fundamental da acumulação capitalista: é porque os capitalistas não podem impor esta lógica sob a forma de uma “margem de desemprego” que eles são obrigados a conceder “vantagens” a seus assalariados para poder conservá-los a seu serviço. Destas vantagens, concedidas sob influência da necessidade, nascerão as “rigidezes” consideradas em períodos posteriores como obstáculos ao bom funcionamento da economia.

Este exemplo permite compreender porque o saber sindical pode igualmente ser portador de avanços teóricos. Com efeito, a partir das bases descritas anteriormente, a análise leva a uma teorização particular do questionamento, nos anos 1970, das “vantagens adquiridas”. Concedidas num momento em que o patronato encontrava-se limitado pela falta de mão de obra, estas vantagens não poderiam ser consideradas como expressão da racionalidade de um período histórico; conseqüentemente, seu questionamento pela precarização e a flexibilização não exprime uma “nova estratégia” dos chefes de empresa que, depois de terem conscientemente alimentado suas finalidades com salários elevados, decidiram passar a uma nova fase de redução de custos e portanto de “retomada” das vantagens. Neste sentido, o saber sindical que transparece nos artigos do *Peuple* é uma hipótese teórica sobre o movimento social, a mesmo título que a teoria da relação salarial fordista, por exemplo, tal como ela foi desenvolvida pelos “teóricos da regulação parisienses”. Do ponto de vista epistemológico, nada permite dizer que esta última teoria seria essencialmente superior à teorização sindical (o que, naturalmente, não presume em nada a validade e pertinência respectivas no que diz respeito à compreensão do período em exame).

O saber sindical é enfim portador de conseqüências de conhecimento empírico ou concreto específico. É o resultado normal de seu processo de elaboração. O movimento sindical conhece, constrói, centraliza e transmite informações que só são acessíveis a si próprio. Este “monopólio” sobre uma parte da informação social repousa de fato sobre duas bases: por um lado, certas informações não podem ser percebidas por outros além dos militantes sindicais, devido ao seu lugar e função na vida social; por outro lado, certas informações só existem porque o movimento sindical, devido a suas preocupações próprias, sentiu a necessidade de elaborá-las. Encontraremos na monografia de B. Gendron (2000) a amplitude do trabalho realizado sob a iniciativa de, e com uma organização sindical da usina nuclear de Chinon, a respeito das enquetes de psicopatologia sobre as conseqüências da organização do trabalho sobre a saúde dos agentes de manutenção nuclear, dos estudos sobre a segurança, ou ainda sobre a terceirização. Nesta monografia, o autor cita o discurso de um dos iniciadores de uma das enquetes, M. Lallier, membro da CGT: “Durante cinco meses, foram organizadas reuniões de quatro horas com a presença de representantes da direção, de membros do CHSCT⁷, e do médico do trabalho. No total, trezentos assalariados (dos

⁷ N.T. : Comitê de Higiene, Segurança e Condições de Trabalho

quinhentos concernidos) discutiram, confrontaram seus pontos de vista sobre a enquete, e enriqueceram seu conteúdo”⁸.

Fundamentos conceituais relativamente precisos, elaboração de hipóteses teóricas novas, produção de conhecimentos empíricos e concretos; o saber sindical reúne assim os principais ingredientes que o tornam homogêneo aos saberes eruditos. Deduzimos logicamente que não se trata de um saber “a ser teorizado”, de um saber empírico em estado bruto, um tipo de “matéria prima” para o teórico que, num segundo momento, viria dar o significado profundo. Se eles são homogêneos, o saber sindical e o saber erudito são também diretamente confrontáveis e comparáveis, sem nenhuma hierarquia. Eles são submetidos, um e outro, às mesmas condições sociais e à sua evolução, que dominam sua elaboração, sua validação e sua eficácia social. As suas dinâmicas de produção em separado, não deveriam então ser questionadas? Não seria preciso procurar dispositivos de elaboração cruzados, que qualificamos anteriormente de “ergológico”? Os saberes sobre o trabalho permitem testar o conjunto destas questões num ponto essencial.

O saber sindical e a questão do trabalho

No final da década de 1970, a CGT tinha apresentado uma nova palavra de ordem, num período de transformação dos meios tecnológicos e das organizações do trabalho: “Trabalhar de outra maneira”⁹. Soberba palavra de ordem, potencialmente muito mobilizadora, mas que nos permite perguntar por que ela era “nova” dentro de uma organização que luta, desde suas origens, contra a “exploração” do trabalho, e por que ela jamais se tornou predominante na cultura sindical.

Com esta palavra de ordem a ênfase era colocada na instabilidade subversiva do trabalho humano: hoje, sabemos ainda melhor – e diríamos quanto a nós, como uma proposição universal – , que todo trabalho feito “como foi mandado” é sempre, também, um trabalhar “de outra maneira”. É, de certa forma, generalizar a distinção ergonômica do trabalho prescrito e do trabalho real, qualquer que seja o retrabalho, em diversas direções, que a investigação da atividade humana pode impor a esta distinção principal. Não existe nenhuma atividade industriosa humana que não se dê a ela mesma, pelo menos em parte, suas próprias normas para encarar a rigidez, os impasses, as imprecisões, os “buracos” das normas antecedentes, quaisquer que sejam sua natureza. Isto nas mais diversas proporções, condições, circunstâncias históricas, que por isso mesmo, não são antecipáveis. Ora, quando se trata de uma atividade exercida no quadro de uma relação salarial, de uma prestação regulada por uma relação de mercado, estas normas antecedentes se inscrevem, pelo menos uma boa parte, como ferramentas de relações hierárquicas, de relações econômicas, de relações de propriedade e de poder. Deste ponto de vista, o “trabalhar de outra maneira”, a necessidade de cumprir uma certa tarefa, mas também a exigência de “renormalizar” parcialmente sua atividade, mesmo que seja apenas para poder “viver” no trabalho, tomam imediatamente um significado parcialmente subversivo. O “de outra maneira” é imediatamente contestador, mesmo se aquilo que ele contesta esteja longe de estar imediatamente transparente.

Esta dimensão subversiva do “trabalhar de outra maneira” nos parece, mesmo que ela não seja explicitamente formulada na maior parte do tempo, um cimento fundamental do

⁸ Foi principalmente a partir destas experiências que o conselho consultivo superior dos comitês mixtos de produção da EDF organizou o colóquio « O nuclear e o homem » (Paris, 9 e 10 de outubro de 2002) que marcou um avanço no saber sindical e a questão do trabalho, objeto da segunda parte desta contribuição.

⁹ N.T. : no original, « travailler autrement ».

funcionamento, enquanto coletivo relativamente homogêneo, de uma organização sindical que luta por outros usos da força de trabalho humana. Ou seja, os saberes de natureza principalmente econômica, gerados pelo movimento sindical, como vimos na primeira parte do texto, não são sem dúvida, suficientes para federar os assalariados nas organizações de reivindicações e de contestação das ordens dominantes: “Hoje, quando o chefe se encontra face a face com o operário, ele deve provar a exatidão de suas exigências. Deve explicar a este operário porque ele deve fazer tal trabalho e porque ele deve fazer de tal maneira e não de outra. Se ele é incapaz de fazer este tipo de demonstração, é normal que organizemos o trabalho como bem entendemos. Esta situação de confrontação permanente levou a um verdadeiro questionamento dos chefes [...] Estas idéias foram semeadas entre os trabalhadores que foram, mais ainda, em direção ao sindicato...¹⁰”.

Mas além desta base mais ou menos formal ou informal da adesão sindical, ou através dela, este “trabalhar de outra maneira” é uma matriz de alternativas sociais. Se soubermos desvendar todos os horizontes deste “de outra maneira”, então podemos caminhar do menor detalhe técnico até alternativas organizacionais, formas esboçadas de um outro “viver e produzir juntos” no local de trabalho, e por consequência no todo da vida social. Citando ainda o mesmo militante operário da Fiat: “No meu entender, é preciso considerar uma coisa, que também muitos outros operários pensam: [...] se nós ajudamos na construção de empresas que sabem organizar diferentemente o trabalho, quando chegarmos ao poder, nós beneficiaremos de um Estado mais eficaz.”

Neste sentido, o papel essencial dos militantes sindicais é o de trabalhar o uso da “competência profissional ampliada” no meio de trabalho a partir da competência “restrita”, retomando o título de um belo artigo de Ivar Oddone (1984): a força da alternativa econômico-social do sindicalismo não pode se alimentar sem que a “atividade concreta” seja tornada parcialmente visível, na medida em que esta atividade veicula sempre este “trabalhar de outra maneira” potencialmente subversivo. O esforço para “mudar a fábrica e a sociedade” e o emprego desta competência profissional ampliada, que acumula saberes sobre os funcionamentos reais do meio de trabalho, estão em interação dialética. Portanto, esta competência aparece como “um dos elementos maiores que contribuem para se ultrapassar a divisão capitalista do trabalho: ultrapassar a divisão do trabalho significa para os operários se reapropriar do saber [pela reapropriação dos espaços de gestão, de poder, de decisão, de informação, etc.] dos quais eles foram privados pela divisão do trabalho.”

Se o “trabalhar de outra maneira” é portador potencial destas alternativas, é profundamente “natural” que o sindicalismo seja seu maior vetor, senão o único. Somente ele tem interesse de dar visibilidade, pelo menos parcial, a este “trabalhar de outra maneira”, o que não é fácil, na medida em que este patrimônio de informações sobre a “atividade concreta” – sobre o “trabalho real”, diriam os ergonomistas – não depende necessariamente, como nos lembra Oddone, somente do domínio perceptivo. Deste ponto de vista, existe uma espécie de fonte natural de saberes sobre o trabalho, não descontínuos mas tendencialmente distintos dos saberes vistos anteriormente, dos quais os sindicatos tem a oportunidade de serem mais ou menos portadores, em função da amplitude de horizontes que eles podem procurar construir entre o cotidiano do trabalho e os objetivos de transformação social.

¹⁰ Instruções ao sócio de Giuseppe M. (Oddone et al., 1981). Ivar Oddone, professor universitário, médico, trabalhou a partir dos anos 1970 com a federação unitária da metalurgia em Turim sobre a questão da saúde no meio de trabalho, a fábrica que é central nesta obra é a Fiat Mirafiori de Turim.

Certamente esta dimensão do “trabalhar de outra forma”, presente no mais microscópico dos atos de trabalho, não é *terra incógnita* no campo das relações profissionais. Mas, desconectado dos questionamentos, dos debates de normas que este “trabalhar de outra maneira” traz virtualmente em si, este saber das “renormalizações industriais” rapidamente é esmagado, deriva na direção de horizontes funcionais de visão restrita. Este pode ser o destino de uma proposição hoje quase indiferente da “decalagem prescrito-real”, como uma evidência sem uma problemática, ou com uma problemática minúscula; ou a administração de uma prática de “reconhecimento” do trabalho, como um tipo de certificado de moralidade, sem entrar nos esforços para se ter acesso aos verdadeiros centros dos problemas a serem geridos no cotidiano, ou mais globalmente a afirmação pela “gestão dos recursos humanos” do papel essencial do fator humano, mas que resulta em modelos de gestão elaborados à distância e para classes de situação genericamente definidas, sub-estimando ou ignorando as múltiplas “renormalizações” coletivas e individuais, exigidas em cada situação singular por pessoas e coletivos singulares.

É portanto bastante “natural” pensar que, na diversidade de seus objetivos militantes, o sindicalismo é potencialmente um lugar de depósito e de construção de saberes específicos sobre o trabalho. Ora, para nós existe um paradoxo que poderíamos expressar da seguinte forma: na época de domínio duradouro da componente “operária” no movimento social, na época de uma certa hegemonia da “forma fabril” de exploração da força de trabalho, mesmo se, como vimos, certos saberes puderam ser produzidos em alguns domínios, o sindicalismo não fez parte da vanguarda ao acesso às complexidades da atividade concreta através deste “trabalhar de outra maneira”. No entanto, esta exigência de saber lhe é feita hoje, em circunstâncias bem mais desfavoráveis, com a grande desestabilização das formas de atividades industriais e das relações econômicas, jurídicas e sociais.

Sobre este primeiro ponto do paradoxo: citamos acima Oddone e a Federação unificada da metalurgia de Turim, “caldeirão” bastante extraordinário de “competências profissionais ampliadas”, a partir do que nós chamamos o “trabalhar de outra maneira”. Não é surpreendente, poderíamos dizer, visto que a experiência se desenvolve a partir de um caso típico de governo taylorista do trabalho, em estabilização relativa na Europa há duas ou três décadas. Mas trata-se de uma “experiência” que, mesmo se ela encontra hoje ressonância no movimento social brasileiro, junto com as tradições de educação popular legadas principalmente por Paulo Freire, não deixou na realidade marcas mais profundas. Certamente houveram outras experiências bastante ricas, e não saberíamos citá-las todas aqui; mencionaremos a história das relações entre os militantes da CFDT e da CGT com o laboratório de ergonomia do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios de Paris, sob a direção de Alain Wisner¹¹, ou a colaboração entre uma responsável da federação CGT da indústria do vestuário e um pequeno coletivo de pesquisadores que se identificavam com este laboratório, se colocando a questão: “Mas o que fazem ‘realmente’ as operárias?”, antes de uma fase de negociação onde a subestimação desta atividade real corria o risco de custar caro. Outros tantos belos exemplos, de experiências tão ricas, mas tão raras (Bartoli et al., 1984).

A própria raridade destes exemplos sugere igualmente uma razão para a dificuldade de sua existência: a organização sindical só pode surgir como lugar de encontro de saberes específicos sobre o trabalho se ela criar ou participar de um dispositivo institucional, quase totalmente na contra-corrente das tendências dominantes em matéria de produção “científica”, e de um equilíbrio muito difícil, entre estes focos do “trabalhar de outra maneira” e os lugares

¹¹ Esta época será principalmente evocada na obra a ser publicada, consagrada às jornadas *Alain Wisner e as tarefas do presente*, coordenada por J. Duraffourg um dos principais atores deste encontro.

de produção de saberes mais formais (cf. acima a evocação de um processo ergológico de produção e elaboração de conhecimentos). Encontramos aí a história fecunda – mas também dolorosa, pois feita de fracassos mais do que de avanços – das tentativas de instituição de relações entre os saberes certificados e “legítimos” (saberes “eruditos”, como dissemos), e o que é antecipado de saberes e valores nos meios de trabalho. Esta história começa com as universidades populares no início do século XX (Terrot, 1997)¹². É precisamente este gênero de questões que nos colocamos, de um ponto de vista geral, para articular as antecipações pelo saber e as antecipações pela atividade, com nossos “dispositivos dinâmicos a três pólos”, que encontram-se na raiz da abordagem ergológica (cf. a experiência de *O homem produtor* citada acima).

Assim, ao longo deste período relativamente estável das formas sociais e técnicas do trabalho, algumas experiências instrutivas surgiram no campo militante e na cultura sindical, mas elas estavam longe de ser dominantes. Isto criou uma lacuna grave na esfera do saber “formal” ou “erudito”, e uma fraqueza ao longo do século XX na abordagem cultural do trabalho.

No entanto, seria isto uma fraqueza, um obstáculo à construção do sindicalismo? Talvez isto tenha limitado suas ambições mais conquistadoras, mas sem dúvida não limitou sua capacidade de constituir agregações de trabalhadores, bases militantes, que tiveram o papel que bem conhecemos, na história do século passado. Para nós, é precisamente esta relativa homogeneidade das formas de exploração da força de trabalho, mesmo se ela não é valorizada no plano dos saberes sobre o trabalho, que, em parte, pode dar uma explicação: como já sugerimos (Schwartz, 2000), o que chamamos de “dramáticos usos de si”, neste caso na atividade assalariada, se desenvolveram durante este período através das formas relativamente homogêneas de “trabalhar de outra maneira”; e devido a isto, os mesmos não necessitavam serem expressos por palavras, tematizados, para serem imediatamente reconhecidos. Nisto a linha de montagem taylorista favorecia este reconhecimento imediato do outro como seu “semelhante”, seu semelhante como “explorado”, mas também como foco de subversão. Mesmo sem que estes dramas sejam desvendados, como eles o são em *Redescobrir a experiência operária*, portanto mesmo sem tentativa de dar visibilidade à “antecipação pela atividade”, a proximidade dos destinos a serem vividos, mesmo na penumbra, alimenta na vizinhança industriosa a exigência de organizações coletivas que os responsabilizem para transformar os horizontes.

Hoje não é mais este o caso. Com a extrema diversificação em todos os sentidos – técnica (aquilo que ainda chamamos de “novas” tecnologias da informação e da comunicação), geográfica, econômica, jurídica, política... – dos espaços e das formas do trabalho, o relativo domínio pelas organizações sindicais, mesmo “na penumbra”, dos dramáticos usos industriais de si, eficaz durante algumas décadas, foi profundamente atingido, mesmo “triturado”. E isto no momento em que, mais do que nunca, ele é profundamente necessário para a construção de estratégias reivindicativas nestes ambientes profundamente renovados.

Dois critérios que se auto-alimentam, podem caracterizar esta nova situação:
- com a fatia enorme ocupada pelos “serviços”, seja no setor dito tradicionalmente “terciário” ou no setor industrial – as fronteiras aliás, tendem a se atenuar –, a atividade de trabalho se torna cada vez mais impalpável, seus dramas cada vez mais diversificados, suas tensões cada

¹² Evocamos também esta questão em Schwartz (1988).

vez menos inferíveis a partir dos elementos visíveis do trabalho; em condições e em espaços novos, todas as situações podem se misturar, da taylorização transposta para as novas tecnologias comunicacionais – cf. as centrais de tele-atendimento, em Di Ruzza e Franciosi (2002) – à gestão do contrato salarial como trabalho quase independente;

- com certos aspectos do que podemos chamar “globalização” e “financeirização” da economia, as distâncias geográficas e “cognitivas” aumentam entre os locais de trabalho, as esferas e responsabilidades de governo do trabalho e os locais de decisão estratégica para a alocação de recursos para o trabalho (conselhos de administração, peso dos acionários, fundos de pensão...).

Quando combinamos estas duas tendências, devemos admitir que o “trabalhar de outra maneira”, cada vez mais diversificado, cada vez menos visível, se afastou ainda mais dos espaços de visão e de decisão daqueles que já têm tendência a considerá-lo como pura prestação de mercado, e que o caráter cada vez mais impalpável do trabalho reforça esta potência de cegueira.

Assim, o “trabalhar de outra maneira” está, tanto quanto antes, a espera de um reconhecimento conceitual. Hoje, quanto mais as normas antecedentes são emaranhadas, menos restritivas nos que diz respeito aos modos operatórios, porém muito mais exigentes em relação aos resultados a serem obtidos, mais esta espera é densa, mais crítica, mais complicada de ser satisfeita. A construção de “palavras de ordem” não pode mais ser feita a partir dos “dramáticos usos de si” relativamente homogêneos, unificadores, estabilizados, no momento em que sua dimensão de crise é profunda, geradora de violência crescente, para não dizer explosiva.

O desafio é então enorme para o movimento sindical; é preciso que ele tente dar visibilidade, se tornar responsável pelos “debates de normas” que se estendem cada vez mais em escala planetária, e que ao mesmo tempo se retrabalham no mais íntimo das pessoas, dos “corpos-si” no trabalho. Mas que não nos enganemos: se esta dificuldade está no centro do sindicalismo, é porque é o todo da vida social que está precisando de conhecimentos sobre si próprio. O sindicalismo hoje, compreendeu, ou pode compreender a amplitude deste desafio? A pergunta está feita, e não há resposta simples. Mas, como vimos acima, ela implica também a responsabilidade das instituições do saber, aquela dos conhecimentos acadêmicos e formais. E se quisermos saber se elas também compreenderam a amplitude deste desafio e dos fatores que estão em jogo, nossa resposta será: muito pouco e na maior parte do tempo, absolutamente nada.

Bibliografia

BARTOLI, M.; BORZEIX, A.; DURAFFOURG, J.; LOCHOUARN, D. 1984. “Le travail des ouvrières de l’habillement. Conditions de travail et qualification”. *Etudes et documents économiques*. Paris, CGT.

CALVET, J.; DI RUZZA, R. 1987. *L’analyse des stratégies d’emploi dans la presse syndicale*. Paris, ISERES-CGT.

DI RUZZA, R. 1989. “Savoir savant et savoir syndical”. *Spécial Options*. Juin.

DI RUZZA, R.; FRANCIOSI, C. 2002. “Le travail dans les centres d’appel téléphoniques. Rapport pour le ministère de la Recherche”. *Travail*.

DURAFFOURG, J. (dir. publ.). 2003. *Alain Wisner et les tâches du présent*. Toulouse, Octarès.

FAÏTA, D.; SCHWARTZ, Y. (dir. publ.). 1985. *L'homme producteur*. Paris, Editions sociales.

GENDRON, B. 2000. *Redécouvrir l'expérience syndicale; l'approche ergologique et la sûreté des centrales nucléaires*. Université de Provence, département d'ergologie, mémoire de 3e cycle.

ODDONE, I. 1984. "La compétence professionnelle élargie". *Société française*. N° 10.

ODDONE, I. *Et al.* 1981. *Redécouvrir l'expérience ouvrière*. Paris, Editions sociales.

ROCCA, M. (dir. publ.). 2001. *Acteurs syndicaux et sciences sociales du travail. Objets, méthodes et enjeux d'une coopération*. Toulouse, Octarès.

ROUDIL, A. 2002. "Ascensions et déclin du congé de formation syndicale". *Analyses et documents économiques*. N° 91, octobre.

SCHWARTZ, Y. 1988. *Expérience et connaissance du travail*. Paris, Editions sociales.

SCHWARTZ, Y. 2000. *Le paradigme ergologique, ou un métier de philosophe*. Toulouse, Octarès.

TERROT, N. 1997. *Histoire de l'éducation des adultes en France*. Paris, L'Harmattan.